

Relatório de atividades e contas 2023

[Handwritten signature]



28 de março de 2024

C.B.E.S. Foros de Salvaterra
Largo 25 Abril, nº 01 e 02
2120-181 Foros de Salvaterra
NIF: 502122463

Tel/fax: 263 505 127
Telemóvel: 964 931 666; 967 904 606
E-mail: geral@cbesforossalvaterra.pt



Relatório / Resumo de atividades desenvolvidas ano 2023

O Centro de Bem Estar Social de Foros de Salvaterra é uma Instituição Particular de Solidariedade que presta serviços à comunidade através das diferentes respostas sociais: Creche; Jardim de Infância; CATL; Centro de Dia; Serviço de Apoio Domiciliário (SAD); entidade mediadora POAPMC.

A instituição tem como MISSÃO prestar serviços de apoio à comunidade, que contribuam para o desenvolvimento integral e personalizado das crianças e para a melhoria da qualidade de vida e envelhecimento ativo dos idosos.

Durante o ano 2023 a instituição continuou a dar resposta à comunidade através das suas respostas sociais bem como através de solicitações e parcerias com os diferentes serviços, nomeadamente União de Freguesias de Salvaterra de Magos e Foros de Salvaterra; Câmara Municipal de Salvaterra de Magos; Segurança Social, etc.

Foram integrados em estágios curriculares alunos da Escola Superior de Educação de Santarém, Escola Técnica e Profissional do Ribatejo, do Agrupamento de Escolas de Salvaterra de Magos e do Agrupamento de Escolas de Benavente, Centro de Emprego e Formação Profissional de Santarém.

O Banco Local de Voluntariado de Salvaterra de Magos encaminhou quatro voluntários para exercerem voluntariado nas respostas sociais da infância.

Em setembro criou-se uma nova sala de creche de 1 / 2 anos, com capacidade para 15 crianças; a sala de 2 anos mudou de espaço, passando a sua capacidade de 15 para 20 crianças e a outra sala 1/ 2 anos aumentou a sua capacidade de 14 para 15 crianças.

Os investimentos realizados pela instituição durante o ano 2023 foram: aquisição de mobiliário e material para a sala dos 2 anos; pintura do interior do edifício do centro de dia; pagamento total do valor em dívida do empréstimo da viatura VOLKSWAGEN.

Foi aprovada a candidatura da instituição ao PRR para obras de requalificação e melhoramentos (instalação de equipamentos de ares condicionados; obras na sala do berçário; construção de 2 WC para visitantes; construção de mais duas despensas; requalificação das





instalações sanitárias das colaboradoras; pintura do interior das instalações; requalificação do exterior / recreio.) do edifício da creche para aumento da capacidade do berçário (10 utentes).

A viatura elétrica adaptada para SAD, adquirida com uma candidatura ao PRR, foi entregue à instituição no mês de dezembro.

Sendo sempre objetivo desta instituição a contínua melhoria na resposta às necessidades e interesses dos utentes, famílias, beneficiários e comunidade no geral.

Número de colaboradores - ano 2023

Meses	Infância	SAD/ Centro de dia	Cozinha	Secretaria	Serviços Gerais	RLIS/ SAAS	Diretora	Total
Janeiro	15	8	4	2	3	2	1	35
Fevereiro	15	8	4	2	3	2	1	35
Março	15	8	4	2	3	2	1	35
Abril	15	8	4	2	3	2	1	35
Maior	15	8	4	2	3	2	1	35
Junho	15	8	4	2	3	2	1	35
Julho	15	8	4	2	3	2	1	35
Agosto	18 ¹	7	4	2	3	2	1	37
Setembro	18	7	4	2	3	0 ²	1	35
Outubro	18	7	4	2	3	0	1	35
Novembro	18	7	4	2	3	0	1	35
Dezembro	18	7	4	2	3	0	1	35

¹ Contratação de 1 educadora de infância e 1 auxiliar de ação educativa; mobilidade de 1 funcionária do centro de dia para a creche.

²Cessaçãõ do SAAS.



Número de utentes – ano 2023

Meses	Creche	Jardim de Infância	CATL	Centro de Dia	Serviço de Apoio Domiciliário
Janeiro	37	46	37	27	12
Fevereiro	37	46	37	27	12
Março	37	46	37	26	13
Abril	37	46	37	27	13
Maio	37	46	37	29	12
Junho	37	46	37	29	10
Julho	37	46	37	29	10
Agosto	37	46	37	29	11
Setembro	58	46	43	29	14
Outubro	58	46	43	30	15
Novembro	58	46	43	32	15
Dezembro	58	46	43	30	16

Atividades realizadas – ano 2023

Meses	Creche Jardim de Infância CATL	Centro de Dia Serviço de Apoio Domiciliário
Janeiro	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Comemoração do Dia de Reis; ✓ Festa do Inverno; 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Comemoração do Dia de Reis; ✓ Comemoração do dia do Obrigada; ✓ Comemoração do Dia Internacional do Riso; ✓ Comemoração do dia Internacional do Vinho do Porto;
Fevereiro	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Comemoração do Dia de S. Valentim / Dia da Amizade; ✓ Desfile de Carnaval; 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Celebração do Carnaval através da realização de um vídeo com fotografias antigas; ✓ Comemoração do dia do crepe; ✓ Comemoração do Dia da Luta contra o cancro; ✓ Comemoração do dia dos Namorados;
Março	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Comemoração do Dia do Pai; ✓ Comemoração do Dia Mundial da Água e Comemoração do Dia Mundial da Árvore; ✓ Festa da primavera; 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Comemoração do Dia Internacional da Mulher; ✓ Comemoração do Dia do Pai; ✓ Comemoração do dia da Felicidade; ✓ Comemoração do Dia Mundial do teatro;
Abril	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Comemoração da Páscoa; ✓ Comemoração do Dia da Mãe; 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Comemoração da Páscoa; ✓ Comemoração do Dia da Liberdade;
Maio	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Festa do dia da Mãe; ✓ Comemoração do Dia Mundial da Família; 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Comemoração do Dia da Mãe; ✓ Participação na atividade intergeracional inserida nas Jornadas do Desporto da CMSM;

[Handwritten signatures and initials]

Relatório de atividades e contas 2023
(Reunião - 28 de março de 2024)

		<ul style="list-style-type: none"> ✓ Comemoração da quinta-feira de Ascensão;
Junho	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Comemoração do Dia Mundial da Criança; ✓ Festa de Finalistas; ✓ Festa de Final de ano letivo; 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Comemoração do dia de Santo António (sardinhada); ✓ Comemoração do Dia Mundial da Consciencialização da violência contra a pessoa idosa;
Julho	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Festa do verão; 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Arraial Popular de comemoração dos Santos Populares; ✓ Comemoração do Dia dos Avós com uma atividade intergeracional com as crianças do CATL;
Agosto	<ul style="list-style-type: none"> ✓ A instituição esteve encerrada para férias e limpeza de 15 a 31 de agosto; 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Comemoração do dia da pizza; ✓ Comemoração do dia do chocolate; ✓ Comemoração do dia dos Avós; ✓ Comemoração do Dia Mundial da Fotografia;
Setembro	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Receção / Adaptação das crianças; ✓ Dia Internacional do Idoso; 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Comemoração do Dia Mundial da Doença de Alzheimer;
Outubro	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Comemoração do Dia Mundial dos Animais; ✓ Alimentação Saudável; ✓ Festa do Outono; ✓ Dia da bruxas / Pão por Deus; 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Comemoração do Dia Internacional do idoso; ✓ Realização de Broas para celebração do Halloween;
Novembro	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Comemoração do S. Martinho; 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Magusto de S. Martinho;

[Handwritten signatures and initials]

Relatório de atividades e contas 2023
(Reunião - 28 de março de 2024)

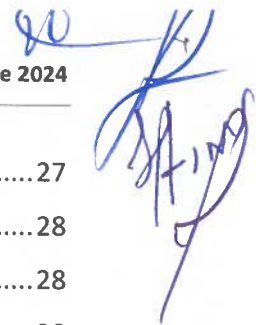
	✓ Comemoração do Dia do Pijama;	✓ Comemoração do Dia Mundial do Cinema;
Dezembro	✓ Comemoração do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência; ✓ Festa de Natal;	✓ Festa de Natal;

CENTRO DE BEM ESTAR SOCIAL DE FOROS DE SALVATERRA

Anexo

Índice

1	Identificação da Entidade.....	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	4
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	5
3.1	Bases de Apresentação	5
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	8
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	15
5	Ativos Fixos Tangíveis.....	15
6	Ativos Intangíveis	17
7	Locações	19
8	Custos de Empréstimos Obtidos	20
9	Inventários	20
10	Rédito	21
11	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	21
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo	22
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio.....	22
14	Imposto sobre o Rendimento	22
15	Benefícios dos empregados	22
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	23
17	Outras Informações.....	23
17.1	Investimentos Financeiros	23
17.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	24
17.3	Clientes e Utentes	24
17.4	Outras contas a receber	25
17.5	Diferimentos	25
17.6	Outros Ativos Financeiros	25
17.7	Caixa e Depósitos Bancários	25
17.8	Fundos Patrimoniais.....	26
17.9	Fornecedores	26
17.10	Estado e Outros Entes Públicos.....	26
17.11	Outras Contas a Pagar	26
17.12	Outros Passivos Financeiros.....	27
17.13	Subsídios, doações e legados à exploração	27



17.14 Fornecimentos e serviços externos.....	27
17.15 Outros rendimentos.....	28
17.16 Outros gastos	28
17.17 Resultados Financeiros.....	28
17.18 Acontecimentos após data de Balanço.....	29



1 Identificação da Entidade

A “CENTRO DE BEM ESTAR SOCIAL DE FOROS DE SALVATERRA” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS com estatutos publicados no Diário da República com sede em LARGO 25 DE ABRIL Nº 1 E 2 em Foros de Salvaterra.

. Tem como atividade para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

Apoio á infância com as valências de: Creche, Pré Escolar e atividades de tempos livres;

Apoio á terceira idade com as valências de: Centro de Dia e Apoio Domiciliário.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2023 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL. Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

O montante total de ajustamento à data da transição reflete a diferença ocorrida nas Demonstrações Financeiras devido à adoção da NCRF-ESNL. Estes ajustamentos estão

evidenciados em “Resultados Transitados”. Assim, os efeitos provenientes da adoção do novo referencial contabilístico à data da transição (1 de janeiro de 2011) foram registados em “Fundos Patrimoniais” e estão descritos e explicitados no quadro que se segue:

Reconciliação dos Fundos Patrimoniais	
Fundos Patrimoniais PCIPSS/PCAM/POCFADAAC	
Desreconhecimento de Ativos Intangíveis	
Outros Ajustamentos	
Impostos Diferidos	
Total de Ajustamentos	0,00
Fundos Patrimoniais SNC-ESNL	

Por sua vez a reconciliação do Resultado do Período é a seguinte:

Reconciliação do Resultado	
Resultado Líquido PCIPSS/PCAM/POCFADAAC	
Desreconhecimento de Ativos Intangíveis	
Outros Ajustamentos	
Impostos Diferidos	
Total de Ajustamentos	0,00
Resultado Líquido SNC-ESNL	

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

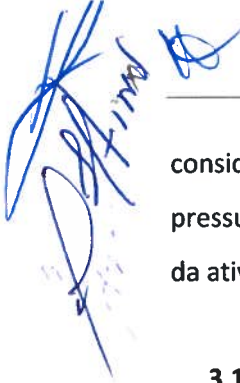
As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir



consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

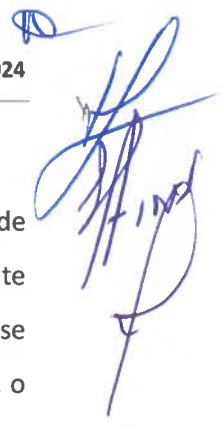
A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.



3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Não aplicável;

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	8
Equipamento de transporte	4
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	4
Outros Ativos fixos tangíveis	10

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.4 Bens do património histórico e cultural

Não aplicável;

3.2.5 Propriedades de Investimento

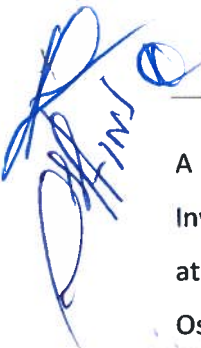
Não aplicável;

3.2.6 Investimentos financeiros

Valores relacionados com o pagamento para o Fundo de Compensação do Trabalho (FCT)

3.2.7 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.



A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão diretamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.8 Instrumentos Financeiros

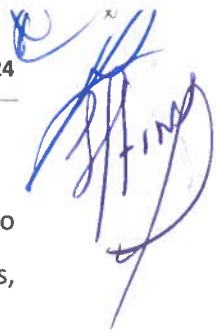
Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.



Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.9 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.10 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.11 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos

como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

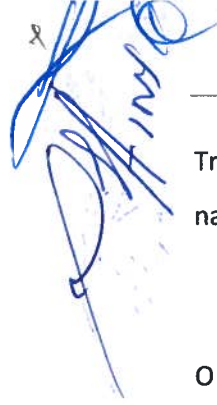
- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.3. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.



Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

3.2.12 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: “A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2009 a 2012 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

A Entidade usufrui dos seguintes “Ativos Fixos Tangíveis” do domínio público:


Descrição

Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2022, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	2022					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo	0,00					0,00
Bens Imóveis	0,00					0,00
Arquivos	0,00					0,00
Bibliotecas	0,00					0,00
Museus	0,00					0,00
Bens móveis	0,00					0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição	2022			Saldo final
	Saldo Inicial	Abates	Diminuições	
Custo				
Bens Imóveis				



Arquivos				
Bibliotecas				
Museus				
Bens móveis				
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

No período de 2023, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	2023					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo	0,00					0,00
Bens Imóveis	0,00					0,00
Arquivos	0,00					0,00
Bibliotecas	0,00					0,00
Museus	0,00					0,00
Bens móveis	0,00					0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2022 e de 2023, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2022						Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações		
Custo							
Terrenos e recursos naturais	152 332,88						152 332,88
Edifícios e outras construções	526 561,20						526 561,20
Equipamento básico	66 097,36						66 097,36
Equipamento de transporte	165 636,95	10 551,53					176 188,48
Equipamento biológico	0,00						0,00
Equipamento administrativo	117 818,16						117 818,16
Outros Ativos fixos tangíveis	3 004,20						3 004,20
Total	1 031 450,75	10 551,53	0,00	0,00	0,00	0,00	1 042 002,28
Depreciações acumuladas							
Terrenos e recursos naturais	0,00						0,00
Edifícios e outras construções	305 363,74	6 832,94					312 196,68
Equipamento básico	64 067,05	676,23					64 743,28
Equipamento de transporte	116 980,71	18 856,63					135 837,34
Equipamento biológico	117 818,16						117 818,16
Equipamento administrativo	0,00						0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	3 004,20						3004,20
Total	607 233,86	26 365,80	0,00	0,00	0,00	0,00	633 599,66

Descrição	2023					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	152 332,88					152 332,88
Edifícios e outras construções	526 561,20					526 561,20
Equipamento básico	66 097,36					66 097,36
Equipamento de transporte	176 188,48	37 466,77				213 655,25
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	117 818,16					117 818,16
Outros Ativos fixos tangíveis	3 004,20					3 004,20
Total	1 042 002,28	37 466,77	0,00	0,00	0,00	1 079 469,05
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	312 196,68	6 832,94				319 029,62
Equipamento básico	64 743,28	676,23				65 419,51
Equipamento de transporte	135 837,34	18 856,63				154 693,97
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	117 818,16					117 818,16
Outros Ativos fixos tangíveis	3 004,20					3 004,20
Total	633 599,66	26 365,80	0,00	0,00	0,00	659 965,46

Registamos na rubrica Investimentos em curso: 8 185,77 €

No que concerne às “Propriedades de Investimento” os movimentos ocorridos, nos períodos de 2022 e 2023, foram os seguintes:

Descrição	2022					
	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Transferências	Variação do Justo Valor	Saldo Final
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição	2023					
	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Transferências	Variação do Justo Valor	Saldo Final
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

6 Ativos Intangíveis

Bens do domínio público

A Entidade usufrui dos seguintes “Ativos Intangíveis” do domínio público:

Descrição

Outros Ativos Intangíveis

CENTRO DE BEM ESTAR SOCIAL DE FOROS DE SALVATERRA
LARGO 25 BDE ABRIL Nº 1 E 2

17

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2011 e de 2012, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2022					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	0,00					0,00
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	0,00					0,00
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição	2022			Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Goodwill	0,00			0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00			0,00
Programas de Computador	0,00			0,00
Propriedade Industrial	0,00			0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00			0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	0,00					0,00
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00

Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	0,00					0,00
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição	2023			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Goodwill	0,00			0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00			0,00
Programas de Computador	0,00			0,00
Propriedade Industrial	0,00			0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00			0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

7 Locações

A Entidade detinha os seguintes ativos adquiridos com recurso à locação financeira:

Descrição	2023			2022		
	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Equipamento básico						
Equipamento de transporte						
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo						
Outros Ativos fixos tangíveis						
Total						

Os planos de reembolso da dívida, discriminam-se da seguinte forma:

Descrição	2023			2022		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano						
De um a cinco anos						
Mais de cinco anos						
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2023			2022		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	19 322,63	19 322,63
Locações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descobertos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas			0,00			0,00
Contas Bancárias de Factoring			0,00			0,00
Contas bancárias de letras descontadas			0,00			0,00
Outros Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	19 322,63	19 322,63

Os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se como segue:

Descrição	2023			2022		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano						
De um a cinco anos						
Mais de cinco anos						
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

9 Inventários

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2022				2023		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	3 550,74	83 940,30	5 317,58	3 949,80	90 715,56	6 116,39	5 538,38
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	3 550,74	83 940,30	5 317,58	3 949,80	90 715,56	6 116,39	5 538,38
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				88 858,82			95 243,37
Variações nos				0,00			0,00

inventários da produção							
-------------------------	--	--	--	--	--	--	--

10 Rédito

Para os períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2023	2022
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	268 491,25	269 328,53
Quotas e joias	84,00	84,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	33,62	0,00
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	268 608,87	269 412,53

11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2022 e 2023, ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

Descrição	2022	Aumentos	Diminuições	2023
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões específicas do setor	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

Passivos contingentes

Não aplicável;

Ativos contingentes

Não aplicável;

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2023	2022
Subsídios do Governo		
	516 288,03	427 865,04
Apoios do Governo		
Total	516 288,03	427 865,04

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Em 31/12/2023 e 31/12/2022, as alterações das taxas de câmbio tiveram o seguinte efeito:

Descrição	2023				2022			
	Valor (moeda estrangeira)	Valor inicial (€)	Câmbio	Valor	Valor (moeda estrangeira)	Valor inicial (€)	Câmbio	Valor
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

14 Imposto sobre o Rendimento

O imposto corrente contabilizado, no montante de 0,00€, corresponde ao valor esperado a pagar referente: Não aplicável;

Descrição	2023	2022
IRC Liquidado		
Tributação Autónoma		
Total	0,00	0,00

15 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2023 e 2022, foram, respetivamente 11 e 11.

Os órgãos diretivos usufruem as seguintes remunerações:

Os órgãos diretivos não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2022 foi de 35 e em 31/12/2023 foi de 35.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2023	2022
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	462 772,88	426 966,21

Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	101 794,57	94 659,16
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	6 283,87	6 230,88
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	841,83	2 187,45
Total	571 693,15	530 043,70

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2023 e 2022, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2023	2022
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	450,00	0,00
Outros investimentos financeiros	3 160,07	4 544,73
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	3 610,07	4 544,73

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	66,00	0,00
Doadores - em curso	0,00	0,00
Patrocinadores	0,00	0,00
Quotas	0,00	0,00
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Perdas por imparidade	0,00	0,00
Total	66,00	0,00
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	18,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Resultados disponíveis	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Total	0,00	18,00

Relativamente a Beneficiários das mutualidades, estes para os períodos de 2023 e 2022, são discriminados da seguinte forma:

Outras operações	2023		2022	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Beneficiários das mutualidades - prestações a pagar				
Beneficiários das mutualidades - capitais vencidos a pagar				
Beneficiários das mutualidades - rendas vitalícias a pagar				
Beneficiários das mutualidades - melhorias de benefícios				
Beneficiários das mutualidades - subvenções				
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

17.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2023 e 2022 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2023	2022
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	4 052,75	4 674,68
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes factoring		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		

Cientes		
Utentes		
Total	4 052,75	4 674,68

Nos períodos de 2023 e 2022 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2023	2022
Cientes		
Utentes	-1 830,04	-1 830,04
Total	-1 830,04	-1 830,04

17.4 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a seguinte decomposição:

Descrição	2023	2022
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	-22,64
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	-39 663,47	-45 616,42
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	-39 663,47	-45 639,06

17.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Gastos a Reconhecer		
	2 684,10	1 850,59
Total	2 684,10	1 850,59
Rendimentos a Reconhecer		
	1 555,13	13 593,66
Total	1 555,13	13 593,66

17.6 Outros Ativos Financeiros

A Entidade detinha, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	2023	2022
Total	0,00	0,00

17.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2023 e 2022, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2023	2022
Caixa	5 172,58	2 584,29
Depósitos à ordem	27 608,34	18 451,67
Depósitos a prazo	58 500,00	112 000,00
Outros		
Total	91 314,54	133 035,96

17.8 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	283 822,18	0,00	0,00	283 822,18
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	16 582,91	0,00	-23 434,78	-6 851,87
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	103 469,22	0,00	0,00	102 988,18
Total	403 874,31		-23 915,82	379 958,49

17.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Fornecedores c/c	13 515,77	18 573,92
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	13 515,77	18 573,92

17.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	4 409,45	3 050,97
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	4 409,45	3 050,97
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	56,40	108,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	2 076,99	2 942,60
Segurança Social	12 339,47	6 736,24
Outros Impostos e Taxas	0,00	275,50
Total	14 472,86	10 062,34

17.11 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

CENTRO DE BEM ESTAR SOCIAL DE FOROS DE SALVATERRA
LARGO 25 BDE ABRIL Nº 1 E 2

26

Descrição	2023		2022	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		0,00		22,64
Cauções	0,00		144,09	
Outras operações		0,00		0,00
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		0,00		0,00
Credores por acréscimo de gastos		0,00		0,00
Outros credores		39 663,47		45 616,42
Total	0,00	39 663,47	144,09	45 639,06

17.12 Outros Passivos Financeiros

Os "Outros passivos financeiros" em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são os seguintes:

Descrição	2023	2022
	-0	-0
Total	0,00	0,00

17.13 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2023 e 2022, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2023	2022
Subsídios do Estado e outros entes públicos	516 288,03	427 865,04
Subsídios de outras entidades	1 064,46	0,00
Doações e heranças	11 251,46	14 793,51
Legados	0,00	0,00
Total	528 603,95	442 658,55

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

17.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, foi a seguinte:

Descrição	2023	2022
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	35 721,68	22 381,58
Materiais	20 172,40	12 664,25
Energia e fluidos	39 225,31	40 932,94
Deslocações, estadas e transportes	4 568,25	787,71
Serviços diversos	11 526,53	11 740,47
Total	111 214,17	88 506,95

17.15 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Rendimentos Suplementares	0,00	2 996,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	55,23	42,40
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	0,00	1 000,00
Outros rendimentos	18 853,68	8 012,64
Total	18 908,91	12 051,04

17.16 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Impostos	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	597,50	1 516,78
Total	597,50	1 516,78

17.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2023	2022
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	2 223,09	1 669,69
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	2 223,09	1 669,69
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	33,62	0,00
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	33,62	0,00
Resultados Financeiros	-2 189,47	-1 669,69

17.18 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pela Assembleia Geral em 28 março 2024.

O Contabilista Certificado

Luísa Susana Antero
ec.
40901

A Direção

[Handwritten signature]

